

Arte e Anarquismo no periódico *A Plebe* (1917)

João Gabriel da Fonseca Mateus

Universidade Federal de Goiás
Goiânia – Goiás – Brasil
joaogabriel_fonseca@hotmail.com.br

Resumo: As relações entre o anarquismo e a arte são bastante difundidas nos centros de militância e nos círculos acadêmicos de arte. Podemos, a priori, citar os trabalhos de Antliff (2009), Ragon (2001), Ferrua (1990), Joyeux (1990), Valenti (2001), Bert (2001), Manfredonia (2001), além do já secular *Do Princípio da Arte e de Sua Destinação Social* de Pierre Joseph Proudhon, escrito ao realista francês Gustave Courbet. Assim, como maneira de apresentar ao leitor as ligações, ainda pouco estudadas, entre a imprensa operária no Brasil e a arte, analisaremos uma seleção de imagens veiculadas pelo periódico *A Plebe* no ano de 1917 que, a nosso ver, potencializavam uma nova forma de atuação dos próprios anarquistas ao propor uma função inovadora, subversiva, não apenas em conteúdo e forma, mas como uma estética dos sentidos com a força da liberdade da arte na imprensa operária.

Palavras-chave: Arte, anarquismo, imprensa operária.

Introdução

Quando o surrealista grego Adonis Kyrou, fazendo alusão à obra *O Homem Revoltado* de Albert Camus, afirma, nos fins de maio de 1952 em *Le Libertaire*, “te esbofeteio porque sou libertário, porque sou surrealista, porque sou livre”, ele irá reafirmar mais uma vez o caráter relacional existente entre as manifestações artísticas surrealistas com os anarquistas. Tal alusão faz com que, ao lado de autores anarquistas como Maurice Joyeux e Louis Lecoin, o movimento anarquista internacional dialogue constantemente com algumas vanguardas artísticas (KYROU, 1990, p. 54). No entanto, o texto que se segue voltar-se-à outro tempo e espaço. Iremos ao Brasil do início do século XX e reconstruiremos os diálogos entre a imprensa operária e suas formas de manifestação artística no periódico *A Plebe* no ano de 1917.

No século XIX, bastante estimulados pela propaganda do governo brasileiro sobre a chamada “terra da oportunidade”, muitos europeus emigraram para o Brasil

entre 1870 e o começo da Primeira Guerra Mundial. Tamanha foi a imigração que, “entre 1884 e 1903, o Brasil recebeu mais de um milhão de italianos” (DULLES, 1973). Com eles também vieram as ideais do movimento operário europeu. Os imigrantes que chegavam ao Brasil vinham carregados de valores, concepções e pensamentos de organização proletária, características da Europa daquele contexto. Na perspectiva organizacional do movimento operário a imprensa foi um órgão de grande importância pela propagação dos interesses dos trabalhadores, na divulgação dos ideais do movimento e suas ações políticas, carregando ainda um caráter didático e doutrinário.

No caso brasileiro, as transformações ocorridas no processo de modernização potencializaram o crescimento e a necessidade da imprensa, trazendo a “difusão de novos hábitos, aspirações e valores” (LUCA, 2011, p.120), que abrigava uma infinidade de publicações periódicas.

Assim, no incipiente movimento operário, os anarquistas foram os principais participantes e levaram os periódicos em formas de jornal como o principal mecanismo de propagação de seu ideal de emancipação social. Apresentavam alternativas ao operariado, com ideais que contrariavam a ordem capitalista vigente, tais como: greve geral, boicotes, sabotagens, revolução social, etc. Assim, a greve geral anarquista de julho de 1917 (LOPREATO, 2000) foi exemplar nesse âmbito e teve seus acontecimentos e seus determinantes frutos de vários motivos que lhe são anteriores e ressonâncias posteriores, já que reacendeu e reacende a esperança, como um legítimo sentimento do ser humano de *sonhar-para-a-frente* (BLOCH, 2005, p. 21).

A greve geral de 1917, que assumiu na memória social o sentido de um ato simbólico e único¹, entra nesse cenário como uma expressão das precárias vidas dos trabalhadores paulistanos e como um momento de “convulsão social sem precedentes na história do Brasil” (LOPREATO, 2000, p. 46).

Utilizamos como fonte primária os periódicos publicados por *A Plebe*, do número 01 de 09 de junho de 1917 ao número 19 de 30 de outubro deste mesmo ano, data em que o periódico foi interrompido pela prisão de seu editor. A coleta destas fontes foi realizada no mês de junho de 2012 no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) na cidade de Campinas, São Paulo. O periódico *A Plebe* foi

¹ FAUSTO, 1977, p. 192.

fundado em 1917 por Edgard Leuenroth² e findou em 1950. Contudo, durante esse longo período (comparado com a trajetória de outros periódicos) houve diversas paralisações das publicações, prisões de seus diretores e empastelamentos.

O periódico *A Plebe* se constituiu como um mecanismo e estratégia dos anarquistas para propagar os *pressupostos políticos e pedagógicos da ação direta* com o objetivo da revolução social feita pela classe trabalhadora rumo à sociedade anárquica. Assim pensado, a estratégia dos libertários não era determinista, e sim, complexa e multideterminante, que almejava a emancipação total das classes oprimidas e opressoras da sociedade capitalista em prol de uma sociedade livre em todas as esferas da sociedade com a abolição do sistema capitalista e das classes sociais.

Universo Conceitual: Anarquismo, Ação Direta e Imprensa Operária

Para explicitar o que compreendemos por *anarquismo*, utilizarei os pressupostos que Felipe Corrêa (2011) desenvolveu em *Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. Ancorado nos sul-africanos Michael Schmidt e Lucien van der Walt (2009) e no brasileiro Alexandre Samis (2009), Corrêa (2011, p. 47) define o anarquismo como

(...) uma ideologia³, um tipo de socialismo revolucionário, que surge no século XIX colocando-se no campo social e sem desconsiderar as

² “Edgard Leuenroth, filho de um farmacêutico alemão, emigrado para o Brasil, nasceu em Mogi Mirim, no estado de São Paulo em 1881 e morreu em 1968. (...) Em 1903, participa de um Círculo Socialista, em São Paulo, mas em 1904 já se converte ao anarquismo. Ingressa na recém fundada União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), ali trabalha como bibliotecário e colabora na publicação do jornal O Trabalhador Gráfico. Foi um dos fundadores da Federação Operária de São Paulo, em 1905, e um dos principais responsáveis pela realização dos três principais congressos operários realizados em 1906, 1913 e 1920, no Rio de Janeiro. Participou intensamente da imprensa operária: redator, com Neno Vasco, da Terra Livre (1905), diretor da Folha do Povo (1908 – 1909), reinicia a publicação de A Lanterna (1906 – 1910), fundador de A Plebe (1917). (...)” (PINHEIRO e HALL, 1979, p. 226). Ainda sobre Edgard Leuenroth, Edgard Rodrigues diz que a partir de 1909 até o ano de 1935, Leuenroth dirigiu *A Lanterna*, “(...) jornal anticlerical e libertário fundado pelo Dr. Benjamin Mota em 1901, em duas fases que lhe granjeou muitos amigos e alguns inimigos terríveis sendo preso quando desmascarou a Igreja no Caso Idalina. Nesse mesmo ano de 1912 fundou *A Guerra Social*, periódico de São Paulo, foi redator principal e no ano de 1915, colaborou ativamente no diário *O Combate*. Nos anos de 1916-1917, foi redator-secretário da revista *Eclética*, de São Paulo. Em 1917 fundou o jornal anarquista *A Plebe*, semanário, passando em 1919 a diário.

³ Devemos fazer algumas ressalvas e esclarecimentos o conceito de “ideologia” utilizado tanto pelos sul-africanos Michael Schmidt e Lucien van der Walt como por Felipe Corrêa. Primeiro, o termo ideologia historicamente em outras concepções tem outros significados. Por exemplo, na teoria marxista, corresponde à “falsa consciência sistematizada da realidade”. Se pensarmos assim, o anarquismo se situaria como falsa consciência dos trabalhadores – fato que não concordamos; segundo nossa interpretação aqui desenvolvida, o termo ideologia para definir o anarquismo, para não ser compreendido como falsa consciência sistematizada da

desigualdades da sociedade, e por isso tem uma herança histórica, ideológica e teórica determinada. Possuindo elementos morais de relevância, o anarquismo não pode ser considerado uma ciência, apesar de utilizar métodos racionais para a leitura da realidade – posicionando-se contra a exploração e a dominação – para a criação de uma perspectiva de sociedade futura e também para o estabelecimento de estratégias e táticas. O anarquismo defende uma transformação social revolucionária, em nível internacional, que deve ser levada a cabo de baixo para cima, ser protagonizada pelos diferentes sujeitos oprimidos e fazer com que os meios de luta estejam de acordo com os fins que se pretende atingir. Como objetivo, o anarquismo propõe a criação de um socialismo autogestionário e federalista, sem capitalismo e sem Estado, que concilie a liberdade individual, a liberdade coletiva e a igualdade (CORRÊA, 2011, p. 47).

Dessa forma, o anarquismo, como corrente do socialismo – conforme está definido acima – não é sinônimo de *antiestatismo* ou meramente uma corrente libertária e antiautoritária. Pensar o anarquismo de forma reducionista causa uma visão também reducionista da realidade; nem generalizações (no sentido de transcender o momento histórico analisado) são cabíveis, pois, não se pode falar de anarquismo antes do capitalismo e nem em anarquismo fora do campo socialista (CORRÊA, 2011, p. 36).

Nessa definição, o anarquismo é um fenômeno que constitui parte das teorias libertárias que a história produziu, mas de maneira alguma pode ser completamente vinculado a todas elas. Portanto, devemos delimitar o surgimento do anarquismo para não cairmos em generalizações históricas causando uma imprecisão do tema, até por que o termo anarquismo surgirá com os conflitos entre Marx e Bakunin (SADDI, 2009).

(...) o anarquismo pode ter surgido em Proudhon, desenvolvendo suas principais linhas, mas dá um inegável salto qualitativo com Bakunin e a ADS, passando a existir em sua plenitude e maturidade, consolidando-se como uma ideologia cujas bases encontram-se no movimento popular do século XIX e que preconiza uma prática política organizada e coletiva (CORRÊA, 2011, p. 42).

O segundo conceito que deve ser trabalhado é o de *ação direta*. Ancorado em Adonile Guimarães (2011), Christina Lopreato (2000), Anton Pannekoek (2011) e José Oiticica (1963), entendemos que a ação direta é crítica da sociedade burguesa proferida pelo movimento operário revolucionário de bases eminentemente libertárias que fornece uma “recusa à tática de representação burguesa, de rejeição ao parlamentarismo” (LOPREATO, 2000, p. 46). Nesse sentido, a ação direta é “a ação

realidade, pode ser substituído por “política” ou como “desenvolvimento de uma práxis” – que une teoria e ação, sendo, portanto indissociável a relação meios e fins. Assim sendo, seria mais claro definir o anarquismo como uma práxis, ou, como uma ideologia, entendida como um conjunto de teorias orientado por suas ações práticas se autodeterminando.

dos próprios trabalhadores sem a mediação da burocracia sindical” (PANNEKOEK, 2011, p.119). Assim, ação direta pode ser expressão através do campo da propaganda (no caso a *Imprensa Operária* nos jornais e demais periódicos) promovendo a ampliação da greve gerando assim a autonomia como conduta de vida (PANNEKOEK, 2011, p. 120).

Para José Oiticica (1963, p. 47), a ação direta tende “(...) a despertar a iniciativa, o espírito de espontaneidade, a decisão, a coragem, ensinando a massa popular a agir por conta própria, a unir-se e viver em luta. Hoje, mais do que nunca, ação direta, é o processo exato de rebelião proletária”.

Complementando tal análise do conceito aqui empregado, Lopreato (2000) afirma que a estratégia da ação direta contrapõe-se ao parlamentarismo e a qualquer outra forma de representação política, estabelecendo os vínculos de ações e estratégias sem esperar forças externas de outras classes. Torna-se a ação direta “a expressão da crença de que o proletariado só se libertará quando confiar na influência de sua própria ação, direta e autônoma, prescindindo de intermediários no conflito capital/trabalho” (LOPREATO, 2000, p. 20).

Dentre o emaranhado de práticas e estratégias da ação direta, encontra-se o boicote, a sabotagem e a greve, sendo esta última a estratégia exemplar da ação direta, considerada como “a mais rica em ensinamentos por que explicita interesses contraditórios entre o patrão e o empregado, rompe a harmonia existente entre eles e faz aparecer a luta de classes” (LOPREATO, 2000, p. 20).

Maria Nazareth Ferreira (1988, p. 5) nos fornece o conceito de *Imprensa Operária*. Para a autora, podemos identificar a imprensa operária produzida por operários, sob o ponto de vista do emissor, do ponto de vista do receptor e do seu conteúdo, no que tange às questões da classe social.

Porém, existem diversos outros elementos para caracterizarmos a imprensa operária, como por exemplo, as produções de indivíduos não pertencentes àquela classe, mas que expressa os interesses dessa classe. Quando falamos então de imprensa operária, estamos nos referindo a elementos internos e externos da classe que, porém, não podem ser desvinculadas do próprio movimento operário, pois ambos estão relacionados através das lutas da classe trabalhadora. A *Imprensa Operária*, no contexto dos fins do século XIX até a segunda década dos mil e novecentos, constitui-

se como “canal dos problemas dos trabalhadores” e como centros de propagação de concepções políticas.

Em questões quantitativas, Ferreira (1978, p. 14), aponta que entre o “último quartel do século XIX até as duas primeiras década do século atual (XX), apareceram aproximadamente 343 títulos de jornais espalhados pelo território brasileiro”. Com considerável quantidade, através do convencimento expresso pelos jornais, a imprensa operária ancorada em centenas de periódicos foi um órgão fundamental para os sindicatos (ligas operárias, uniões profissionais ou associações de resistência) na propagação de seus ideais.

Porém, a trajetória desses periódicos estava condicionada às “dificuldades financeiras e diligências policiais” que “garantiam vida breve para a maioria desses periódicos, ou temporárias interrupções na publicação dos mais bem sucedidos” (DULLES, 1973, p. 23). De fato, alguns periódicos não conseguiram encontrar certa regularidade na sua distribuição, sendo que alguns desapareciam e reapareciam sob outros títulos e redatores (na maioria dos casos, os redatores eram os mesmos, porém, por diversas questões eles utilizavam pseudônimos).

Nessa questão da *Imprensa Operária*, devemos notar algo anterior que é o jornal. Este teve um papel fundamental, pois criou o “hábito de leitura” e preparou “o terreno para o surgimento da imprensa operária na virada do século” (DULLES, 1973, p. 9). Sendo assim, o jornal é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas, produzidos pela coletividade e para ela mesma (DULLES, 1973, p. 6).

Conforme Boris Fausto (1977, p. 91) enuncia, o jornal “constitui um dos principais centros organizatórios anarquistas e de difusão da propaganda”. O jornal figura-se dentro do movimento operário da Primeira República do Brasil como um “veículo de expressão escrita, transforma-se também com frequência em veículo oral, ao ser lido em voz alta aos trabalhadores analfabetos”.

Nessa imprensa, as imagens veiculadas potencializavam uma nova forma de atuação dos próprios anarquistas ao propor uma função inovadora, subversiva, não apenas em conteúdo e forma, mas como uma estética dos sentidos com a força de seus atos livres e engajados.

Contexto e Ascensão da Imprensa Operária

De acordo com o sociólogo Azis Simão (1966, p. 9), nos fins do século XIX na cidade de São Paulo começa-se a “destacar as silhuetas do patrão e do trabalhador assalariado”, onde as relações entre a sociedade anterior, que se baseava nas relações escravocratas, dava lugar à sociedade fundamentada nas relações de assalariamento. Nesse contexto, emerge um emaranhado de indústrias que darão sentido para a afirmação de um proletariado urbano que crescerá em demasia, formando assim uma classe operária.

Em um estudo sobre a imigração para o Brasil, Petrone (1990) aponta a intensidade com que o Estado brasileiro atuava nesse processo, potencializando com recursos do Estado a vinda de imigrantes. De acordo com a autora, esse fenômeno

faz parte de uma realidade bem mais ampla e complexa, onde as oportunidades de sucesso nas áreas novas, as forças de atração, portanto, e as de repulsão, ou seja, a pobreza, as dificuldades para sobreviver e a superpopulação nos países de origem, constituem apenas algumas das condicionantes (PETRONE, 1990, p. 95).

No entanto, a década de 1890 é mais favorável para entender as principais determinantes da imigração. Contribuiu para o seu desenvolvimento o crescimento da lavoura cafeeira, o regime de governo que mudara em 1889, a abolição da escravidão, a crise econômica na Itália e nos Estados Unidos, a política de Estado impulsionando a imigração, entre outros fatores (PETRONE, 1990, p. 101).

As condições dos trabalhadores eram tão adversas, que Oreste Ristori (*apud* RODRIGUES, 1969, p. 306), anarquista italiano, irá relatar no periódico *La Battaglia* no ano de 1911 que as condições de trabalho no Brasil eram terríveis e a “vida horrorosa”. Em suas palavras, “o trabalhador dos campos, trabalha aqui quatorze e quinze horas e vive em imundas pocilgas de barro”.

Essas condições desfavoráveis à classe operária foram fundamentais para o surgimento das primeiras organizações de resistência. Devemos ressaltar, conforme Alexandre Samis (2002, p. 132), que desde a década de 30 do século XIX existiam organizações de trabalhadores urbanos, porém, limitadas às perspectivas de socorros mútuos e de cooperação. Porém, é a partir dos fins desde século que começará a surgir na cidade de São Paulo as organizações de resistência, chamados por vezes de sindicatos, ligas, núcleos, etc., que foram contrários às “difíceis condições de vida e de trabalho” (SEGATTO, 1987, p. 26).

A greve era entendida, como foi justificada por Paulo Sérgio Pinheiro (1990, p. 150), como um exercício revolucionário, que deveria culminar na “greve geral revolucionária” onde a “ação direta era a sua estratégia básica” rechaçando “qualquer cooperação com a política eleitoral ou parlamentar”. Contribuiu fortemente para a ascensão de vários movimentos grevistas a carestia de vida durante o período da Primeira Guerra Mundial.

Pinheiro (1990, p. 147), destaca que no contexto da Guerra Mundial acontecerá um aumento do custo vida advindo principalmente pelo aumento dos preços dos gêneros de consumo importados além do aumento dos produtos internos provocados pelo reflexo do aumento da “demanda externa”. Assim, “os produtos exclusivos de consumo interno tenderam a substituir os de importação, o que afetou seu nível de preços”. Nesse processo, entre 1914 – 1918 por conta da crise, “as construções param, as fábricas reduzem a produção e, em muitos casos, cessam suas atividades. Aumenta o desemprego” (PINHEIRO, 1990, p. 155). Assim, nesse período emergiram diversos movimentos grevistas que darão o tom do movimento operário da Primeira República.

Nesse processo de constituição de uma unidade de luta do proletariado paulistano, a imprensa de origem operária exercerá um papel fundamental ao propagar, comunicar e relacionar os trabalhadores em prol de suas conquistas. Nesse sentido, para auxiliar no convencimento dos trabalhadores existia a Imprensa Operária, órgão que tinha um intuito de ser o “veículo de comunicação da classe trabalhadora”⁴, no qual seu conteúdo “é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas etc. produzido pela coletividade e para ela mesma” (FERREIRA, 1988, p. 6). O jornal que visava o público trabalhador fora um “(...) produto cultural particular capaz de formar uma comunidade de leitores ouvintes que alimentavam-se das ideias e debates surgidos naqueles círculos” sendo que provavelmente acabavam “alterando as formas de relacionamento que provocavam a distribuição de pensamentos novos” (GIGLIO, 1995, p. 52). Esses pensamentos novos foram difundidos através de imagens. Vejamo-las.

⁴ É importante salientar que neste período a imprensa de cunho anarquista também cresceu demasiado, publicando centenas de periódicos dentre os quais destaca-se: *O Amigo do Povo* (1902 criado por Neno Vasco), *La Barricata* (editado por Gigi Damiani e Adolfo Felipe), *O Libertário* (que surgiu em 1904 e foi editado por Neno Vasco, Manuel Moscoso e Everardo Dias), *La Battaglia* (criado em 1904 dos editores Gigi Damiani e Oresti Ristori), *O Despertar* (1904 em Curitiba), *A Terra Livre* (no ano de 1905 por Neno Vasco), *A Lucta Operaria* (publicada pela Federação Operária de São Paulo), etc.

Arte anarquista nas páginas de *A Plebe*

Por mais que os textos escritos forneçam indícios valiosos para a interpretação de uma realidade social, “as imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais” (HASKEL *apud* BURKE, 2004, 17).

As imagens publicadas pelo *A Plebe* expõem traços do imaginário da militância anarquista, revelando uma linguagem alternativa de formação política, que guarda suas sensibilidades próprias, desenvolvida pelo periódico libertário (GARZIA, 2011, p. 61).

Porém, além de se tornar fácil, o uso das imagens em periódicos anarquistas no caso específico da Primeira República tem uma funcionalidade maior, pois

Em um momento em que a maioria dos operários era analfabeta ou desconhecia a língua portuguesa por terem origem estrangeira (espanhóis, italianos, poloneses entre outros), a imagem passou a ser um importante instrumento de educação política por facilitar a transmissão da mensagem ao leitor, que se identificava enquanto indivíduo ou classe social na representação visual (GAWRYSZEWSKI, 2009, p. 19).

Assim, verificamos que *A Plebe* continha imagens (geralmente estavam na primeira folha, em sua parte superior) que representavam e ditavam a temática geral de cada número, por mais que fossem veiculados vários temas ao longo de um só número.

Evidente que a educação para a ação direta era algo manifestado nas páginas do periódico de diferentes maneiras. Portanto, analiso nesse momento, a veiculação de imagens do periódico como forma de chegar ao leitor com maior facilidade.

Para Garzia (2011, p. 53), a veiculação de imagens, caricaturas e fotografias em geral era uma forma de apostar na “capacidade de inspiração destas”, constituindo formas de interpretar a realidade e projetar uma nova sociedade advinda da estratégia da ação direta. Essas pictografias veiculavam, no contexto de 1917, formas de representação da realidade burguesa e operária, as desigualdades existentes entre essas classes sociais, além das representações de uma nova sociedade fundada nos princípios do anarquismo.

Analisaremos quatro imagens para demonstrar como era veiculado o conteúdo anarquista nas imagens do jornal.

Para interpretar as produções pictóricas de *A Plebe*, lançaremos mão da compreensão do alemão Walter Benjamin (2006) que define as *imagens dialéticas*. A imagem é categoria central no pensamento de Benjamin (MAIO, 2012). Aparece como elemento construtivo e depositário das formas cognitivas, pois estabelece um vínculo da relação entre o presente e o imaginário (por exemplo, uma projeção de futuro). Pensado assim, essas imagens podem conter redefinições da realidade histórica a partir da noção de temporalidade e, obviamente, uma interpretação do passado através de sua compreensão do presente propondo um futuro diferente. Podem-se definir assim as *imagens dialéticas*:

(...) a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética – não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta. – Somente as imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é: não-arcaicas), e o lugar onde as encontramos é a linguagem. Despertar. (BENJAMIN, 2006, p. 504).

Assim, a imagem dialética é mais uma maneira que os indivíduos narram histórias de um passado com suas carências do presente vivido. Isso nada mais é do que resíduos de um tempo histórico ainda em reconstrução, ou seja, uma relação contínua do processo histórico com elementos do passado e do presente com a imagem tendo a pretensão de produzir conhecimento pela maneira em que descreve o processo por meio do qual o autor recorre ao passado confrontando-o com os elementos de tempo presente.

Benjamin (2006, p. 504-505) diz que o

(...) índice histórico das imagens diz, pois, não apenas que elas pertencem a uma determinada época, mas, sobretudo, que elas só se tornam legíveis numa determinada época. (...) Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal, a do ocorrido com o agora é dialética – não de natureza temporal, mas imagética. Somente as imagens dialéticas são autenticamente históricas, isto é, imagens não-arcaicas. A imagem lida, quer dizer, a imagem no agora da cognoscibilidade, carrega no mais alto grau a marca do momento crítico perigoso, subjacente a toda leitura.

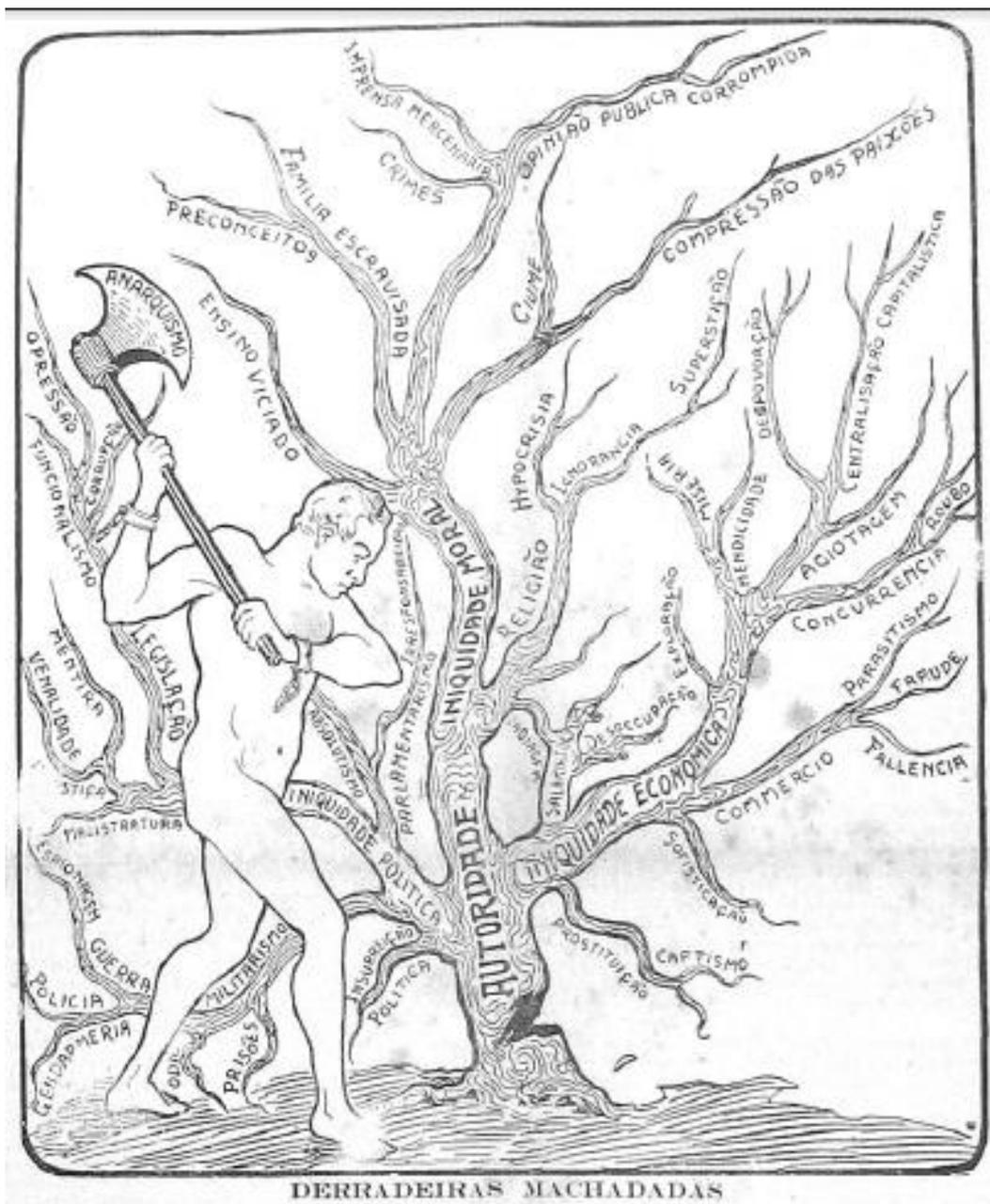


Figura 1 - "Derradeiras Machadadas",
 Fonte: A Plebe, nº 9, 11 de agosto de 1917.

Após essa explanação teórica, podemos analisar as imagens. Uma das imagens mais marcantes veiculadas em *A Plebe* no período analisado é *Derradeiras Machadadas* (Figura 1). Nela, por exemplo, veicula-se a noção de que a luta militante deva ser multideterminante, ou seja, fundada nos vários aspectos da realidade social feita pelos militantes frente à sociedade.

Nesse sentido, não era propício uma crítica aos aspectos políticos e econômicos (maior que o político na imagem) meramente, era preciso ir além, combater

a iniquidade moral da sociedade humana regida pela autoridade. Mas, desse “tronco principal”, surgem três galhos suplementares. Um primeiro e de maior destaque na imagem: a iniquidade moral, produzindo preconceitos, ensino viciado, ignorância, superstição, etc.; o segundo é a iniquidade política que produz as leis, o militarismo, a guerra, o patriotismo, corrupção, o Estado, etc.; e por fim, o terceiro galho advindo da autoridade: a iniquidade econômica, produzindo o comércio, a agiotagem, a desigualdade social, falência, prostituição, etc.

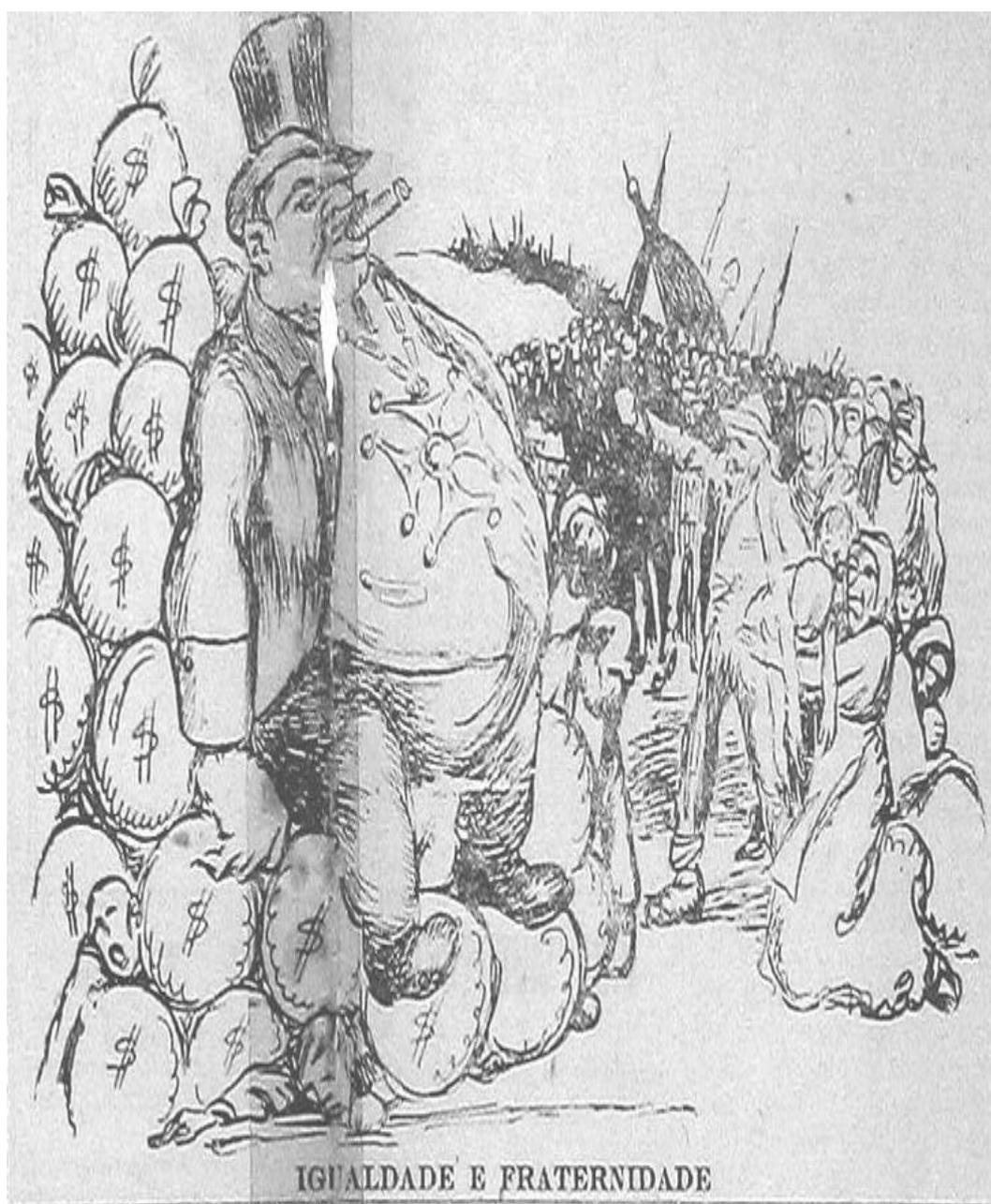


Figura 2 - "Igualdade e Fraternidade".
Fonte: A Plebe, nº 1, 9 de junho de 1917.

Assim, só poderia ser concretizada tal luta se houvesse uma concessão para a educação, um papel importante no processo de formação cultural (GOMES, 2005, p. 88). Cabia ao trabalhador combater as iniquidades que se sustentavam através do seu pilar fundamental: a autoridade.

Além dos aspectos mais visíveis da imagem, outros nos chamam a atenção. O contexto específico, como apontamos anteriormente, é de combate à moral cristã. Por isso, vemos a representatividade do corpo nu como afronta à tal perspectiva: apenas um ser humano despido de suas limitações morais conseguirá romper com a sociedade que o reprime. Além disso, a visão voltada para a raiz da árvore nos passa a noção de uma ruptura sem volta, ou seja, aquilo que gera a sociedade deve ser rompida na sua raiz.

No entanto, apesar da constatação de que não existia um discurso único proferido pela imprensa operária da Primeira República, é evidente a utilização de imagens para representar a realidade sócio-histórica do momento de formas variadas.

Vê-se, portanto, claramente o conteúdo da desigualdade social na imagem *Igualdade e Fraternidade* (Figura 2): de um lado a representação de um burguês clássico sentado em um montante de dinheiro exibindo sua forma física pomposa e, de outro, a classe operária mendicante em multidão e “famélica” sem rosto e fisionomia própria. Segundo Gawryszewski (2009, p. 31),

em geral, o padrão burguês é representado como sendo um homem (seria difícil de se entender o padrão representado por uma mulher, visto que quase todos os padrões eram homens) de terno e cartola. Outra característica era sua obesidade. Esta ligada não à fartura “boa”, mas à opressão e à desigualdade social e econômica.

Outra imagem de destaque foi publicada em *A Plebe*, nº 4, no dia 30 de junho de 1917 e representa a situação da classe trabalhadora e o que significa o papel da entrada do Brasil na Guerra: a piora das condições da própria classe em nome do patriotismo (Figura 3). Assim, a crítica veemente está expressa em sua legenda que aparece: *O último pedaço de pão* que está sendo tomado pela Guerra. Essa concepção estética mostra a representação do soldado como um guerreiro romano (o gigante imperialista) caracterizado por uma forma física militar e superior à classe trabalhadora.



Figura 3 - "O Brazil na Guerra - o último pedaço de pão".
Fonte: A Plebe, nº 4, 30 de junho de 1917.

De um lado a representação da força voraz de uma guerra e de outro, uma família pequena caracterizada em sua tradicionalidade (homem/mulher/filho/filha) e assustada pela fisionomia do gigante.



Figura 4 - "A propósito da paz".
 Fonte: *A Plebe*, nº 22, 1º de setembro de 1917.

Na edição de 1º de setembro (número 22), o periódico publicará uma áspera crítica à Igreja Católica e seus atos de violência, aludindo aos métodos de tortura da Contrarreforma (Figura 4). Mas, antes disso, perguntemos: de onde surge o anticlericalismo de *A Plebe*?

A Plebe era uma continuação de *A Lanterna* (que tinha uma conotação mais anticlerical do que anarquista). Nesse sentido, o periódico que surge em julho ainda

conterá os elementos principais do antigo periódico. Buscando esclarecer os assinantes sobre a paralisação do jornal, o editorial de *A Plebe* publicará *Aos amigos e antigos assignantes de <<A Lanterna>>*. Nesse texto deixarão claro que as “(...) nossas relações com os antigos dedicados amigos não sofrerão solução de continuidade”. E justificando a publicação do novo periódico, compreendendo a realidade sócio-histórica da classe trabalhadora, dirá que o jornal tem uma necessidade “(...) mais do que nunca, indispensável” (A PLEBE, n° 1, p. 2, 9 de junho).

Portanto, fazendo duras críticas ao clericalismo na educação, já no número inicial do periódico proferiram duras críticas a um grupo de professoras recém-formadas do período que convidaram padres para celebrar “(...) a missa em acção de graças pela terminação do curso” (A PLEBE, n° 1, p. 3, 9 de junho). Nessas ásperas críticas eles ressaltaram pelo próprio contexto e influência dos pressupostos racionalistas das Escolas Modernas a iniquidade do fato de serem professoras e religiosas. *A Plebe* dizia: “Que professoras vão ter os filhos do povo!...” (A PLEBE, n° 1, p. 3, 9 de junho).

Apresentando duras críticas à moral religiosa e, especificamente, à moral transmitida pela Igreja Católica, o artigo *A Igreja Christã* assinado por F.A.L. assim escreve:

A igreja christã não é, como geralmente se pensa, uma instituição verdadeiramente sublime, baseada na doutrina de Christo. Ao contrário do que se imagina, Ella é uma instituição anti-christã, baseada num fundo immoral que repugna. As violações que sofre todos os dias a philosophia do mestre, estão ahí para confirmar o que dizemos. (...) (A PLEBE, n° 1, p. 4, 9 de junho).

Por isso, a imagem acima retratada no período de maior repressão ao movimento grevista (que alguns dias depois irá prender o redator de *A Plebe* e empastelando o periódico) é fruto de uma continuidade histórica de crítica dos anarquistas à religião, desde Proudhon e Bakunin. Contudo, a intensa campanha anticlerical era um elemento central para entender a estratégia educativa do jornal. O anticlericalismo irá compor as páginas do periódico de maneira libertária, ou seja, articulada coma luta contra o capital, já que a aceitação de qualquer autoridade (seja ela religiosa ou não⁵) pressupõe a submissão do indivíduo. Assim pensada, a relação entre

⁵ BAKUNIN, M. *Catecismo Revolucionário: Programa da Sociedade da Revolução Internacional*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009.

o papel do clero junto à sociedade capitalista é a de conciliação de interesses ao afirmar os princípios da autoridade e complementares tal como sua luta para a superação.

Considerações Finais

Todas as imagens veiculadas por *A Plebe* tem um sentido político-educacional, mas não somente. Como ficou claro, a imagem produz um sentido de uma estética libertária que atinge uma autocompreensão da realidade a partir de representações da realidade em pictografias.

Todas relacionam os temas mais abordados do jornal, e evidentemente, conforme Gawryszewski (2009, p. 22, 23) apontam “dentro de uma perspectiva educacional, pedagógica, ou seja, de mostrar, ensinar e difundir o ideal libertário, de denunciar e desnudar o sistema capitalista”. Com isto posto, é possível identificar por meios das imagens por ele veiculadas, as “péssimas condições de alimentação e trabalho; os mártires e heróis dos trabalhadores, a repressão policial e a invasão e destruição da imprensa (“empastelamento”) (...)”, além da “ação direta (boicote e greve) e outras tantas questões que os trabalhadores sentiam e viviam”.

Contudo, essas imagens dialéticas permitem ao indivíduo produzir a partir de seu tempo histórico uma determinada manifestação de realidade ou como uma *imagem da redenção*, após uma proposição de interpretação crítica do passado e do presente produzindo uma nova forma de relação social. Por isso, a “imagem dialética é uma imagem que lampeja. É assim, como uma imagem que lampeja no agora da cognoscibilidade, que deve ser captado o ocorrido”.

Portanto, *A Plebe* ao insuflar uma concepção de proposição de uma nova sociedade através das suas imagens, fez aquilo que Benjamin (2006) chamou de *imagem do desejo*, ou seja, o periódico propôs um *tempo que há de vir* após uma substituição profunda e radical com *o que vivemos*. Ou, simplesmente, fez “fascinar como uma aparição capaz de perseguir” (BOSI, 1977, p. 14).

ART AND ANARCHISM IN THE NEWSPAPER THE PLEBE (1917)

Abstract: The relationship between anarchism and art is quite widespread in the centers of militancy and in the academic art circles. We can, a priori, mention the work of Antliff (2009), Ragon (2001), Ferrua (1990), Joyeux (1990), Valenti (2001), Bert (2001), Manfredonia (2001), besides the already secular *Principle of Art* by Pierre Joseph Proudhon, written to the french realist Gustave Courbet. So, as a way to introduce the links (still little studied) to the reader between the labor press in Brazil and art, we will examine a selection of images conveyed by periodic *A Plebe* in 1917 that, in our view, potentiates a new way of action to the anarchists themselves by proposing an innovative, subversive role, not only in content and form, but as an aesthetic of senses with the force of freedom of art in labor press anarchism.

Keywords: Art, anarchism, labor press.

Referências**Fontes**

Edições do Jornal *A Plebe*:

n° 01, 09-06-1917;

n° 04,30-06-1917;

n° 09, 11-08-1917;

n° 22, 01-9-1917.

Bibliográficas

ANTLIFF, Allan. Anarquia e Arte: da Comuna de Paris à Queda do Muro de Berlim. São Paulo: Madras, 2009.

BAKUNIN, M. Catecismo Revolucionário: Programa da Sociedade da Revolução Internacional. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009.

BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

BOSI, A. O ser e o tempo da poesia. São Paulo: Cultrix, 1977.

BURKE, P. Testemunha ocular: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

COELHO, P. A. (org.). Surrealismo e Anarquismo. “Bilhetes Surrealistas” de *Le Libertaire*. São Paulo: Imaginário, 1990.

COELHO, P. A. (org.). Surrealismo e Anarquismo. “Bilhetes Surrealistas” de *Le Libertaire*. São Paulo: Imaginário, 1990.

CORRÊA, F. Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular. São Paulo: Faísca, 2011.

CORRÊA, F. Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

DULLES, J. W. F. Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900 – 1935). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

FAUSTO, B. Trabalho urbano e conflito social. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

FERREIRA, M. N. A Imprensa Operária no Brasil (1880-1920). São Paulo: Ática, 1988.

FERRUA, P. Intencionalidade, Anarquismo e Arte. In: RAGON; FERRUA; VALENTI (orgs. et.al.). Arte e Anarquismo. São Paulo: Imaginário, 2001.

GARZIA, R. F. Pela Desordem: Imagens e Imaginário da Revolução Social entre o Círculo Militante do Jornal A Plebe (1917-1922). Anais do V Congresso Internacional de História. Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

GAWRYSZEWSKI, A. A imagem como instrumento da luta anarquista. In: GAWRYSZEWSKI, A. (org.). Imagens Anarquistas: análises e debates. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

GOMES, A. C. A Invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

GUIMARÃES, A. A. Anarquismo e ação direta como estratégia ético-política (persuasão e violência na modernidade). Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

JOYEUX, M. O surrealismo em questão. In: COELHO, P. A. (org.). Surrealismo e Anarquismo. “Bilhetes Surrealistas” de *Le Libertaire*. São Paulo: Imaginário, 1990.

KYROU, A. Evolução. In: COELHO, P. A. (org.). Surrealismo e Anarquismo. “Bilhetes Surrealistas” de *Le Libertaire*. São Paulo: Imaginário, 1990.

LOPREATO, C. S. R. O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2011.

MAIO, S. R. Imagens em Walter Benjamin: universo ficcional e Literatura. Revista *FronteiraZ*, São Paulo, n. 9, dezembro de 2012.

MANFREDONIA, G. Arte e Anarquismo na França da *Belle Époque*. In: RAGON; FERRUA; VALENTI (orgs. et.al.). Arte e Anarquismo. São Paulo: Imaginário, 2001.

PETRONE, M. T. S. Imigração. In: FAUSTO, B. (org.). História Geral da Civilização Brasileira. III. O Brasil Republicano. 2º vol. Sociedade e Instituições (1889 – 1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1990.

PINHEIRO, P. S. O Proletariado Industrial na Primeira República. In: FAUSTO, B. (org.). História Geral da Civilização Brasileira. III. O Brasil Republicano. 2º vol. Sociedade e Instituições (1889 – 1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1990.

PINHEIRO, P. S.; HALL, M. A Classe Operária no Brasil (1889 – 1930) - Documentos – Vol. 1. O Movimento Operário. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

PROUDHON, P. J. Do Princípio da Arte e de Sua Destinação Social. São Paulo: Armazém do Ipê, 2009.

RAGON, M. De Féneon a Dubuffet. In: RAGON; FERRUA; VALENTI (orgs. et.al.). Arte e Anarquismo. São Paulo: Imaginário, 2001.

SADDI, R. Ditadura do Proletariado ou Abolição do Estado? O Conflito Conceitual entre Anarquistas e Marxistas. In: Revista *Enfrentamento*, ano 04, nº 06, Jan./Jun. de 2009.

SAMIS, A. Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002. Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SCHMIDT, M.; VAN DER WALT, L. Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism. Oakland: Ak Press, 2009.

SEGATTO, J. A. A formação da classe operária no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SIMÃO, A. Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

SOBRE O AUTOR

João Gabriel da Fonseca Mateus é especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás e professor da rede privada de ensino de Goiânia.

Recebido em 24/01/2014

Aceito em 17/05/2014